



ÁFRICA DO SUL

Agenda neo-liberal não afasta medidas de impacto social

É com indisfarçável otimismo que os meios internacionais encaram os primeiros meses do governo Mandela. Afinal, ao contrário do que se imaginava, a África do Sul está construindo um invejável exemplo de transição pacífica, fato nem sempre verificado em outros cantos do mundo (o caso angolano é um exemplo, frustrante e desgastante sob todos os aspectos). Espera-se, inclusive, que o êxito do caso sul-africano, tão ou mais complicado que o angolano ou o moçambicano – o outro país da região que está investindo numa resolução pacífica de seus conflitos internos –, inspire as negociações ora se processando na África Austral.

Muito do êxito sul-africano tem sido creditado às opções neo-liberais tomadas pelo governo Mandela. Privatização, abertura da economia, fim de incentivos fiscais, somadas ao corte de gastos governamentais, são pontos fundamentais na política de livre mercado implementada pelo atual governo de unidade nacional comandado pelo ANC. Sem dúvida, não deixa de parecer estranho uma agenda neo-liberal sendo levada adiante por um movimento como o ANC, com tão fortes raízes na sociedade sul-africana e peso histórico inegável na luta con-

tra contra o *apartheid*.

A coerência do caso sul-africano reside na forte interdependência da comunidade internacional – antes, ainda durante a luta contra o regime segregacionista, e agora, com um governo eleito pela maioria negra, a comunidade internacional joga um importante papel.

A poupança interna sul-africana é exígua, tornando o país dependente de recursos externos, e o próprio apoio dado pelos governos ocidentais, mesmo considerando as forças internas como verdadeiramente decisivas na demolição do *apartheid*, faz-se oneroso agora, pois existem compromissos, ainda que inconfessáveis, assumidos pelo ANC quando da arregimentação dos apoios internacionais. O neo-liberalismo sul-africano é o caminho mais fácil para a obtenção de capitais externos e não custa nada imaginar ser ele próprio consequência natural de cenário internacional fortemente marcado pelos princípios do livre mercado. Agir de outra maneira poderia levar a um isolamento, direto ou atenuado, extremamente nocivo para as pretensões do novo governo.

De qualquer maneira, é preciso salientar que atual estabilidade institucional e política sul-africana é fruto

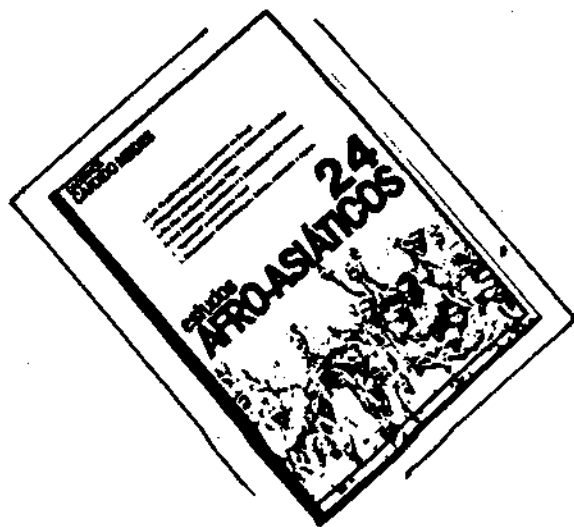
de acordos internos, lavrados em negociações lentas e hesitantes, na qual foi e é importante o alto grau de mobilização de sua sociedade civil. Também é preciso lembrar, a título de ilustração, que a África do Sul é, dos países em desenvolvimento, o que possui maior índice de trabalhadores sindicalizados, cerca de 37%. O grau de legitimidade conferido ao processo de negociação é, portanto, invulgar.

No entanto, não se deve subestimar o risco de eventuais surtos de instabilidade, já que as forças que legitimaram os acordos de transição não o fizeram a partir da agenda neo-liberal agora posta em prática pelo ANC. Muitas delas podem divergir de uma fórmula neo-liberal para resolver o inchaço e a irracionalidade do Estado sul-africano, montado muito mais para resguardar os interesses da minoria branca do que para organizar a economia. O próprio governo, aliás, parece estar tentando evitar o estigma de neo-liberal, aplicando o chamado plano de reconstrução e desenvolvimento, através do qual serão feitos investimentos maciços na área social.

Roquinaldo Amaral Ferreira
(Pesquisador do CEEA)

NESTA EDIÇÃO

- O leitor vai encontrar o noticiário sobre ANGOLA nas páginas 3, 6, 7, 8, 12 e 13.
- Os PALOPs são notícia na pág. 5.
- O noticiário sobre MOÇAMBIQUE está nas páginas 3, 4, 6, 9, 10, 11 e 14.
- Os recortes da cobertura das eleições em SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE estão nas páginas 2, 10, 12.
- Sobre a GUINÉ-BISSAU, ver a pág. 7.
- Leia sobre CABO VERDE nas páginas 12 e 13.
- A ÁFRICA DO SUL está na pág. 2.



O triunfo indiscutível de Carlos Graça

PÚBLICO, 4.10.94

Conceição Lima
em São Tomé

Carlos Graça obteve uma grande vitória pessoal nas legislativas são-tomenses de domingo e o Presidente Miguel Trovoada saiu derrotado, dado que a formação a ele afecta não conseguiu mais do que 13 lugares numa Assembleia Nacional de 55.

O secretário-geral do MLSTP/Partido Social Democrata, Carlos Graça, de 62 anos, admirador de Eça e de Pessoa, foi o vencedor incontestável das eleições antecipadas que há dois dias se realizaram em São Tomé e Príncipe, pois cumpriu em pleno aquilo que desde há três anos vinha a dizer: a sua formação voltaria a ser maioritária logo que o eleitorado tivesse uma nova oportunidade de ir às urnas.

Segundo as projecções que ontem à tarde eram feitas tanto por aquele partido como pelo da Convergência Democrática (PCD), que o afastara do poder em Janeiro de 1991, o MLSTP/PSD deverá vir agora a ocupar 27 dos 55 lugares de deputado, indo 14 para o grupo que o Presidente Trovoada exonerou e 13 para a Acção Democrática Independente (ADI), trovoadista. A Coligação Democrática de Oposição (Codo) manteve o único lugar que tinha.

Graça, um dos homens que lutaram pela independência de São Tomé e Príncipe, tal como Manuel Pinto da Costa e Miguel Trovoada, tem vindo a defender um Governo de Unidade Nacional, mas em face dos resultados obtidos (43 por cento dos votos expressos, aproximadamente) é de crer que o MLSTP fique com a parte de leão no futuro executivo, que poderá ter 10 ministérios.

A ADI, com a qual os amigos de Miguel Trovoada conseguiram afastar do poder o PCD, que o ajudara a conquistar a chefia do Estado, manifestou-se já disponível para ocupar algumas pastas — ministérios ou secretarias de Estado — num previsível governo de Carlos Graça, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros. Mas a mesma condescendência não está a ser revelada pe-

los homens da Convergência Democrática, que durante três anos e meio procuraram protagonizar a Mudança que se seguiu ao regime de partido único. E que desta feita tendem a ficar como líderes da oposição.

Os ministeriáveis

Embora só depois da publicação oficial dos resultados finais das eleições de domingo, que tiveram uma abstenção a rondar os 50 por cento, é que o Presidente da República deva indagar Graça para formar governo, começam já a aparecer os nomes de alguns ministeriáveis.

Joaquim Rafael Branco, que foi ministro da Educação e embaixador tanto na ONU como em Washington, durante a I República, poderá muito bem ser agora o responsável pela política externa, num executivo basicamente MLSTP. Enquanto para a Defesa se alvitra Raul Bragança, que tinha esse pelouro antes das eleições gerais de 1991.

Carlos Alberto Monteiro Dias da Graça, médico que assumiu há quatro anos a direcção do partido, quando o então

Presidente Manuel Pinto da Costa decidiu retirar-se da política activa, pretende a aceleração do processo de privatizações, designadamente das grandes propriedades agrícolas, as roças, dinamização do sector produtivo e desenvolvimento do turismo e das pescas.

Desde há largas décadas, as ilhas de São Tomé e do Príncipe têm vivido predominantemente da produção e exportação de cacau, mas as plantações estão velhas e esta matéria-prima perdeu grande parte do valor que antigamente tinha no mercado internacional. Por isso, desde há muito que se fala na necessidade de uma profunda reconversão económica, mas ainda ninguém foi capaz de a fazer, desde que o pequeno país se tornou independente, em 1975.

Entretanto, numa carta enviada ao PÚBLICO, o católico Armindo de Ceita, militante da Aliança Popular, partido que não conseguiu obter representatividade parlamentar, defende que a Assembleia Nacional deveria ter apenas 18 deputados, uma vez que a população do país não chega sequer aos 150 mil habitantes. E que houvesse somente três ministros, para se reduzir as despesas públicas: Assuntos Exteriores, Assuntos Económicos e Assuntos Sociais...)

Confusão pós-eleitoral em São Tomé e Príncipe

PÚBLICO, 5.10.94

A DIVULGAÇÃO, ontem, dos resultados oficiais provisórios das legislativas de domingo em São Tomé, em vez de ter contribuído para a clarificação do cenário pós-eleitoral introduziu elementos que prenunciam momentos de instabilidade e de confusão.

De acordo com a Comissão Eleitoral Nacional, o MLSTP/PSD obteve 27 dos 55 assentos no futuro parlamento, contra 28 repartidos igualmente pelo PCD (Partido da Convergência Democrática) e pelo ADI (Partido da Acção Democrática Independente). E isto confere uma posição maioritária às forças da oposição e reduz a margem de manobra do partido vencedor.

O secretário-geral do MLSTP, Carlos Graça, iniciou contactos com as outras duas forças para viabilizar um governo de unidade nacional, tal como havia prometido durante a campanha eleitoral. Mas as perspectivas de o MLSTP vir a liderar um executivo de consenso pareciam ontem seriamente ameaçadas.

A Comissão Política do PCD confirmou segunda-feira o que este partido sempre sustentara: a passagem à oposição, em caso de derrota. Mantendo o PCD inalterável a sua posição de princípio, restaria ao MLSTP a hipótese de coligação com o ADI. Só que, após ter sustentado que o futuro do país passava pela formação de um governo de unidade nacional, e de ter defendido que todos os partidos que obtivessem mais de 10 por cento nas eleições deveriam integrar tal executivo, o ADI surgiu ontem à tarde, em conferência de imprensa, muito reticente em relação a isso, remetendo para a direcção do partido uma decisão definitiva sobre a questão.

Num recuo nítido quanto ao que defendeu durante a campanha, o secretário-geral do partido, Carlos Agostinho das Neves, esquivou-se a dizer claramente se o ADI irá ou não integrar um governo de maioria social-democrata, limitando-se a afirmar que a sua formação "manterá sempre uma posição construtiva". Mas lá acusou indirectamente o MLSTP de ter movido uma campanha menos limpa contra os seus dirigentes, sugerindo implicitamente que isto poderá conduzir à revisão da posição inicial do seu partido.

Assim, caso o MLSTP venha a ter dificuldades na formação de um executivo de unidade nacional, São Tomé poderá conhecer nos próximos tempos um período de instabilidade. A menos que os resultados definitivos das eleições venham a alterar o quadro actual. Tal hipótese parece no

entanto afastada. Sem maioria no parlamento, o partido de Carlos Graça, estaria completamente à mercê da oposição.

Um alto dirigente do MLSTP disse ao PÚBLICO que vão prosseguir os contactos com outras forças políticas e que, na impossibilidade de formar uma coligação, o partido indicará um primeiro-ministro e submeterá ao parlamento, dentro do prazo previsto, o seu programa de governo. "O resto — disse — dependerá da oposição." Sabe-se que, à partida, o PCD não está disposto a inviabilizar o governo social-democrata, mas o desenvolvimento deste cenário irá depender dos contactos de bastidores que irão certamente ocorrer nos próximos dias.

Conceição Lima, em São Tomé e Príncipe

Mandela no combate à pobreza

O PRESIDENTE sul-africano, Nelson Mandela, pediu ontem às Nações Unidas que ajudem a erradicar a extrema pobreza que ainda existe no seu país, de modo a garantir o êxito da era pós-"apartheid". O Presidente falava na Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque, um dia depois de se ter manifestado confiante de que não voltará da sua presente viagem à América do Norte com "as mãos vazias". Mandela, que continua a sua visita oficial de oito dias aos Estados Unidos, deverá receber hoje, em Washington, a promessa do reforço do auxílio económico americano ao seu país. Ainda há cinco milhões de sul-africanos desempregados e sete milhões a viver em condições muito precárias, num país com óptimas infra-estruturas e grandes cidades que, até há pouco, serviam essencialmente para a minoria branca.

PÚBLICO, 4.10.94

Guerra psicológica domina negociações de paz

PÚBLICO, 4.10.94

NEM O REGIME angolano nem a UNITA se mostram muito convencidos de que o protocolo para a paz possa ser assinado em Lusaca no decurso do presente mês de Outubro, apesar de todas as pressões que nesse sentido têm sido feitas pelas Nações Unidas. E, entretanto, a acção propagandística continua, a par das operações militares.

De passagem por Lisboa, o governador da província de Benguela, Paulo Jorge, antigo ministro das Relações Exteriores, disse ontem ao PÚBLICO que o Conselho de Segurança da ONU deveria ter em atenção as posições de um Estado soberano, como é Angola, e não as de "um grupo de bandidos", expressão que chegou a utilizar para se referir à UNITA.

Para aquele político de 65 anos, que há cinco dirige uma estratégica província com um milhão e 800 mil habitantes, o principal partido da oposição é "uma máquina de guerra apenas, sem qualquer capacidade administrativa", como se teria constatado nos municípios que durante algum tempo ocupou e que as forças governamentais entretanto reconquistaram.

No entender de Paulo Jorge,

ao longo do presente ano a parte governamental recuperou posições no Planalto Central, no Cuando-Cubango, nas Lundas, no Kuanza Norte e no Uíge, mas a UNITA ainda conta com apoios nos Estados Unidos e contou com apoios sul-africanos até à altura em que Nelson Mandela chegou à Presidência.

O antigo ministro disse-nos "dispor de informações de fonte credível" segundo as quais o chefe da oposição, Jonas Savimbi, teria sido gravemente ferido na sequência de um atentado "organizado em Junho ou Julho pelos seus próprios simpatizantes", recebido tratamento em Marrocos e chegado há uma semana ao Zaire.

UNITA

desmente atentado

Confrontado com tal declaração, o representante da UNITA em Portugal, Adalberto Coeta Júnior, afirmou ao PÚBLICO ser "completamente falso" que Savimbi tenha sido alvo de atentado ou estado internado em Marrocos, alegando até que há um mês ele se encontrava no

Huambo à espera de um enviado especial das Nações Unidas, James Jonah, e que Luanda é que não permitiu a viagem.

O único ponto de confluência entre as afirmações de Paulo Jorge e as de Adalberto Júnior é o de que não é de forma alguma garantido que durante as semanas mais próximas seja garantida a rubrica do protocolo de Lusaca, a culminar 11 meses de conversações na capital zambiana.

No entender da UNITA, "a lógica militar continua [para o governo] a sobrepor-se" às demais considerações, agora que Luanda se considera muito mais bem situada no terreno do que aquilo que estava em meados do ano passado. E não vale a pena assinar um acordo de paz "apenas para as câmaras" da televisão, sem que estejam reunidas todas as condições para uma efectiva normalização da vida em Angola.

Enquanto isto, a versão sobre uma possível morte de Savimbi publicada em 26 de Setembro pelo "Jornal de Angola" originou incidentes em que no mercado do Roque Santeiro, em Luanda, morreram pelo menos duas pessoas.

"O vosso chefe já morreu",

cantaram dezenas de populares afectos ao MPLA, numa atitude de provocação para com os vendedores de origem ovimbundo e kikongo, supostamente simpatizantes de Savimbi, e que foram vítimas de pilhagens e agressões.

Depois de verem o rumo que os acontecimentos estavam a tomar, as autoridades proibiram a rádio e a televisão de repetir a história sobre a eventual morte de Savimbi em Marrocos que o "Jornal de Angola" retomara do boletim "InformAfrica Confidencial", dirigido em Lisboa pelo angolano Rui Ramos.

"A morte de Savimbi é uma invenção do Futungo de Belas [a Presidência da República] para desmoralizar a UNITA", comentou a Voz da Resistência do Galo Negro (Vorgan), emissora daquele partido, depois de a delegação do mesmo em Lusaca já se ter manifestado indignada com tais "informações".

No entender do porta-voz da delegação, Jorge Valentim, devia ser o próprio Presidente José Eduardo dos Santos a desmentir os "boatos" e a "proteger a imagem" do seu principal adversário. ■

Jorge Heltor com Aguiar dos Santos, em Luanda

Campanha de Dhlakama no Moçambique profundo

A cruzada dos pobres

PÚBLICO, 5.10.94

José Pinto de Sá,
na Zambézia

Afonso Dhlakama dedicou um terço da sua campanha eleitoral à Zambézia, a província potencialmente mais rica e a mais descontente do país. De distrito em distrito, numa maratona caótica, o líder da Renamo foi colhendo pelo caminho o entusiástico apoio dos pobres mais pobres, os esquecidos do "projecto Moçambique".

O aeródromo de Pebane é uma pista de terra batida que

termina na beira da falésia, sobranceira ao Índico. Junto ao pequeno alpendre de alvenaria que ainda ostenta as armas da Força Aérea portuguesa, um milhar de pessoas já esperava, há muito, quando a caravana de Dhlakama aterrou, por entre grandes nuvens de poeira avermelhada sopradas pelas hélices. O líder da Renamo saiu do helicóptero com os braços levantados, os dedos em "V", por entre a algazarra da multidão que se lançava desordenadamente ao seu encontro pela pista fora, transbordando os poucos guardacostas e polícias.

No meio da efusiva balbúrdia, Dhlakama a custo conseguia romper por entre a massa humana, começando por passar em revista as três filas de notáveis locais: à frente, os responsáveis distritais da Renamo; depois os chefes tribais da região, e finalmente os dirigentes religiosos das diversas crenças, entre "sheiks", curandeiros e pastores. Depois, mesmo ali na beira

da pista, Dhlakama subiu para a caixa aberta de uma carrinha e dirigiu-se à multidão, que se apertava em redor. O seu discurso é sempre vivo e muito directo, cheio de perguntas e respostas, muitas vezes cortado por aplausos ou sonoras gargalhadas.

A semelhança dos outros candidatos, Afonso Dhlakama fala pouco de política nos seus comícios, só vagamente mencionando as principais linhas do seu programa de governo. O discurso centra-se em juras de fidelidade ao acordo de paz e promessas de respeito pela democracia, que considera como a principal conquista da Renamo ao inviabilizar a governação monopartidária da Frelimo.

Depois, Dhlakama passou a comentar os 20 anos de governo frelimista, buscando a adesão dos presentes às suas críticas, passo a passo.

"Vocês lembram-se dos fuzilamentos no estádio de Quelimane, dirigidos por este governador da Frelimo, o Bonifácio Gruveta?" A multidão,

primeiro tímida, respondeu em coro: "Sim!" "Irmãos muçulmanos, lembram-se quando o Machel entrou calçado na mesquita da Ilha?" "Sim!" "Lembram-se quando eles prendiam e torturavam durante anos qualquer pessoa, sem sequer ir a tribunal?" "Sim!"

A lista estendeu-se interminável. De fio a pavio, Dhlakama justificou a crueldade da guerra civil conduzida pelo seu movimento durante 15 anos como consequência inevitável da "obstinação do marxismo-leninismo" e reivindicou, sem sombra de culpa, o mérito de ter obrigado a Frelimo a aceitar a democracia.

"Sou um grande homem, povo de Pebane. Sou um grande homem", assegurou Dhlakama. E o povo de Pebane respondeu com sonoros aplausos e retumbantes gargalhadas. "Sou um grande homem", repetiu, desta vez cantando. Mais aplausos.

Continua na pág. 4

Continuação da pág. 3

A cruzada dos pobres

O público não se incomoda com a auto-apreciação e aprova ruidosamente, tranquilizado pelas proclamações de superioridade do seu líder. Num país cansado de "amanhãs que cantam", não são programas políticos de facto que interessam os eleitores. Na mais vernácula tradição bantu, o que interessa é o chefe.

Por isso, a corrida à Presidência ocupa as atenções gerais e ninguém se interessa muito com as legislativas. Até ao momento, ao cabo de dez dias de campanha, ainda nenhum partido divulgou as listas dos seus candidatos a deputados, conhecendo-se apenas quem as encabeça.

Orgulho zambeziano

A Zambézia é um caso muito especial em Moçambique. Segundo as mais recentes sondagens, trata-se do principal bastião da Renamo, que poderá fazer eleger metade dos 50 deputados zambezianos ao parlamento de 250 lugares, enquanto a Frelimo não deve ultrapassar aqui os dez assentos. Apesar de a província ser das maiores, mais populosas e mais ricas do país, constou sempre entre as grandes esquecidas nos planos de desenvolvimento. Embora ali floresça há séculos uma elite crioula escolarizada e aberta ao mundo, os governantes têm sido quase sempre gente do sul,

nomeada por Maputo. Orgulhosos das suas tradições cosmopolitas, os zambezianos são particularmente sensíveis a esta questão.

"Vamos mudar", prometeu Dhlakama no Gilé, 250 quilómetros a nordeste de Quelimane. "Se eu ganhar as eleições, o governador da Zambézia será zambeziano".

Ali nem carrinha havia, e Dhlakama discursou de cima de uma cadeira, para a multidão descalça e rota comprimida à sua volta. Prometeu restaurar o poder dos chefes de família e dos régulos, recolhendo bastos aplausos daquele público camponês desestruturado pela colectivização e a guerra, saudosos de tradição e segurança.

O seu eleitorado é aquele, os que não têm nada a perder porque nunca ganharam nada. Camponeses paupérrimos, refugiados de regresso a nada, veteranos de guerra sem amanhã, são os mais entusiastas nos comícios, participando vivamente no jogo de perguntas e réplicas que o "papá Dhlakama" promove com o auditório.

Consciente da sua incapacidade financeira para competir com a espectacular campanha de Chissano, Dhlakama apela à solidariedade entre os pobres. Em Quelimane, na abertura da campanha, preveniu logo: "A Frelimo é rica, vai oferecer-vos ca-

misetas, rádios, bicicletas... Aceitem, peçam três de cada, porque a Frelimo comprou aquilo com o dinheiro que roubou estes anos todos". O pessoal delirou e rompeu em gargalhada geral. "Não acredito em prendas, meus irmãos", insistiu Dhlakama. "A Frelimo nunca deu nada. Só fome!"

Calcanhar de Aquiles

Não é fácil fazer campanha eleitoral pelo Moçambique profundo. O país é imenso, a população está dispersa e ainda assustada, a administração civil e os serviços públicos praticamente inoperantes, e os políticos totalmente inexperientes nestas andanças democráticas. Com a maioria das estradas por desminar, uma campanha eficiente tem de se basear em meios aéreos, que a tornam extremamente onerosa.

Mais sérias do que as insuficiências financeiras, as debilidades organizativas são o verdadeiro calcanhar de Aquiles da Resistência Nacional, que vai emprenhando com grandes dificuldades a sua transformação de força militar em partido poli-

tico. Os veteranos da guerra civil, ao cabo de 15 anos no mato, de pouco ou nada servem e os poucos quadros de que o país dispõe parecem pouco dispostos a ombrear com os "descamisados" da Renamo, preferindo a Frelimo, que surge cada vez mais como o grande partido da classe média.

Michel Cahen, investigador do CNRS (Centro Nacional de Investigação Científica francês) e estudioso dos processos de democratização nos PALOP's, tem seguido a campanha eleitoral de Afonso Dhlakama com minucioso interesse, e acredita que a Renamo pode sobreviver ao desafio e converter-se num partido democrático. Cahen considera, contudo, que a Resistência precisa de ultrapassar a barreira dos 30 por cento, sob risco de se desmoronar nos próximos dez anos, privada de razão de ser perante uma Frelimo que já foi levada a aceitar o jogo democrático.

Michel Cahen recusa fazer prognósticos, considerando que o processo é inédito, as sondagens inconclusivas e que a própria influência aos comícios se liga mais à atracção pelo espectáculo da campanha do que ao projecto político dos candidatos. Nas condições actuais, acrescenta, é rigorosamente impossível prever como votarão os moçambicanos dentro de três semanas. "Tanto pode ganhar a Frelimo como a Renamo." ■

A noite dos três candidatos

PÚBLICO, 5.10.94

NA SEXTA-FEIRA à noite, Quelimane nem parecia a mesma. A encantadora capital zambeziana, habitualmente pacata, fervilhava de uma multidão barulhenta e agitada. O caso não era para menos, inédito numa campanha bastante discreta. Três candidatos presidenciais estavam na cidade; no fugaz cruzamento de rotas: Joaquim Chissano, Afonso Dhlakama e Carlos Reis, um veterano político zambeziano, líder da pró-federalista União Nacional Moçambicana (UNAMO).

Ao fim da tarde, o boato de existência de uma bomba no local onde Chissano estava hospedado gerou algumas horas de tensão, mas a curiosidade pode mais que o temor e a festa não teve violência. Os carros avançavam a passo, bu-

zinando, tanto para ajudar à festa como para afastar a massa humana que ocupava as ruas. Cruzavam-se "slogans", canções e gritaria e ouvia-se tambores, também ao despique. Sempre presente, o tambor teve honras oficiais da Frelimo, que o escolheu para símbolo da sua campanha, juntamente com a espiga de milho. Em banhos de multidão, Chissano gosta de dar uns toques e fá-lo com autoridade, bom conhecedor que é da música moçambicana. Quanto à Renamo, optou pela perdiz da sua bandeira, que Dhlakama exalta em todos os discursos como símbolo da liberdade. "A perdiz não se domestica. Não é a galinha-do-mato."

Milhares de Chissanos sorridentes, estampados em "T-shirts", confrontavam Dhlakamas confiantes estampados

em capulanas, a quem as formas calípias das beldades locais sugestivamente conferia a terceira dimensão.

Chissano e Dhlakama aterraram no aeroporto de Quelimane quase simultaneamente e as comitivas sucederam-se a caminho da cidade, ambas acompanhadas de multidões em delírio, a que se ia juntando sempre mais gente ao atravessarem os populosos bairros periféricos. Crianças e adultos disputando panfletos e bandeirinhas corriam em tropel ao lado dos carros, contidos a grande custo pelas seguranças.

Na beira do passeio, uma jovem vestida com a "T-shirt" de Chissano agita uma bandeirinha com a perdiz e grita, grita muito, mas a mensagem perde-se na barulheira. ■ J.P.S.

Alojamento é um dos maiores problemas

Atribuições de estudantes africanos em Lisboa

PÚBLICO, 5.10.94

Alberto Cardoso Franco

Os estudantes africanos em Lisboa vão contar com um maior apoio, a partir deste ano lectivo. O Centro de Estudantes Africanos (CEA), criado em 1991 pelas Oikos-Cooperação e Desenvolvimento, uma organização não-governamental de solidariedade, foi reestruturado e dotado de instalações próprias. Até ao momento, o CEA funciona na sede da Oikos, mas aquele espaço torna-se insuficiente para as crescentes solicitações da comunidade estudantil africana.

De acordo com o programa da instituição, localizada agora na Avenida de Madrid, 29, 1º escº, o seu principal objectivo "é contribuir directa e indirectamente para resolver ou atenuar as dificuldades com que os estudantes africanos se debatem". Para a concretização deste projecto, a Oikos obteve o apoio da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, da Misericórdia de Lisboa, da Misereor e da Cebemo, duas organizações de solidariedade da Alemanha e da Holanda, respectivamente.

Embora não existam números oficiais, calcula-se que estudem em Portugal cerca de cinco mil jovens originários dos Países de Língua Oficial (PALOP). A maioria frequenta cursos superiores, cursos de formação profissional e o 12º ano, obrigatório para o ingresso na Universidade. Terminado o 12º ano, os estudantes que possuam bolsas dos respectivos países, da Direcção-Geral de Cooperação (DGC) portuguesa ou de instituições privadas — como as fundações Calouste Gulbenkian ou Cidade de Lisboa —, entram directamente na universidade. Os não-bolsistas — excepção feita aos angolanos — são obrigados a prestar provas, como os seus colegas portugueses.

Segundo as conclusões de um inquérito a 200 estudantes dos PALOP, realizado pelo CEA, em 1993, aqueles "defrontam-se com as mesmas dificuldades dos seus colegas portugueses, mas com valor acrescido". Para muitos, "os problemas começam quando chegam ao aeroporto e não está ninguém da embaixada para os receber", declara Aladje Baldé, um

guineense que prepara o doutoramento em Biotecnologia Vegetal, na Faculdade de Ciências de Lisboa. Depois, é necessário descobrir como sobreviver em Lisboa (onde a renda mensal de um quarto não é menos de 20 contos) com bolsas de estudo cujo valor médio ronda os 40 contos e adaptar-se a um sistema de ensino para que poucos estão preparados.

O alojamento "é um dos aspectos mais preocupantes", assinala Fernanda Dâmaso, animadora do CEA. Como a procura de lugar nas residências universitárias "é muito superior à oferta", a maioria dos alunos é obrigada a instalar-se em quartos de rendas elevadas ou em casa de amigos e familiares, por vezes barracas sem o mínimo de condições.

A discriminação racial também dificulta o alojamento. "Respondi a diversos anúncios de quartos e, quando dizia que era de cor, certas pessoas recusavam-se a arrendar", conta Mariol Almeida, de 25 anos, estudante de Gestão. Os resultados provisórios do inquérito revelam que a discriminação é um problema sentido por 40 por cento dos estudantes, no primeiro ano de permanência em Portugal. Com o passar do tempo, as queixas atenuam-se, mas surgem sempre referências ao "racismo camuflado", à "discriminação pelos docentes" e à "falta de respeito que as autoridades portuguesas manifestam relativamente aos africanos".

"Na medida do possível, o CEA tenta resolver esta e outras dificuldades de adaptação social", salienta Fernanda Dâmaso. Entre as actividades daquela instituição figura precisamente o acolhimento aos estudantes recém-chegados, informando-os sobre os aspectos mais importantes no primeiro contacto com a sociedade portuguesa, designadamente em relação a vistos de residência, alojamento, transportes, matrículas e assistência sanitária. No ano passado, observa a animadora, "o CEA conseguiu alugar 16 estudantes, em lares de outras organizações". Ajudou igualmente, no mesmo período, uma média mensal de sete jovens, na compra do passe social de transporte.

Quase todos os estudantes ouvidos pelo PÚBLICO se queixam da insuficiência das bolsas e, sobretudo, da sua irregularidade. O inquérito dá conta que o montante médio deste apoio se fica pelos 42 contos, embora fossem identificados alguns angolanos com bolsas de 105 contos. Para além do reduzido valor, só 61 por cento dos alunos recebem, à chegada a Portugal, a primeira mensalidade. Os restantes aguardam um mês, ou mais, até ao paga-

mento do subsídio inicial, subsistindo à sua custa. Ao longo dos estudos, são frequentes os atrasos na recepção da bolsa. Neste âmbito, diz Fernanda Dâmaso, "o CEA não atribui bolsas de estudo, mas pode estabelecer contactos para a sua obtenção".

Estes apuros económicos "forçam muitos estudantes a trabalhar, especialmente na construção civil, durante os tempos livres, para angariar outros meios de subsistência. Outros, interrompem mesmo os cursos, por falta de meios", lamenta Aladje Baldé. "Quando conseguem um emprego mais seguro em Portugal, ficam vinculados ao país. Terminado o curso, já têm uma garantia de trabalho e não regressam à nação de origem, que fica, naturalmente, prejudicada". Também os baixos salários vigentes nos PALOP e a diminuição do emprego de quadros superiores em organismos estatais, resultante das novas políticas de ajustamento estrutural, não convidam ao regresso. Todavia, o inquérito dá conta que 89 por cento dos alunos expressa a vontade de, uma vez concluído o curso, voltar ao seu país.

Em Portugal encontram-se igualmente africanos licenciados em países de Leste, que não podem, ou não querem, regressar às origens. É o caso de Armando Indarhe, um guineense de 33 anos, formado em Engenharia Electrotécnica na ex-URSS. Especialista em Correntes de Alta Tensão, "um saber que na Guiné não tem aplicação prática", procurou reciclar os seus conhecimentos através de um mestrado, no Instituto Superior Técnico. Porém, dificuldades burocráticas impediram-no, vindo-se obrigado a trabalhar como electricista, para sustentar a mulher e a filha.

Nós últimos anos, surgiram alguns programas, destinados a encorajar o regresso dos quadros africanos aos seus países. Assinala-se o programa Retorno de Talentos à África, criado pela Organização Internacional para as Migrações. Aos licenciados residentes em países desenvolvidos, com um mínimo de dois anos de experiência e emprego garantido no país de origem, é oferecida a passagem de regresso e vários subsídios. Em contrapartida, o candidato deve comprometer-se a trabalhar no país natal, durante um mínimo de dois anos.

Outra forma de apoio prestada pelo centro relaciona-se com a legalização da presença dos estudantes em Portugal que, na sua quase totalidade, entram no país com visto turístico. "Damos orientações e estabelecemos contactos com os servi-

ços públicos competentes, especialmente para a obtenção ou prolongamento de vistos de residência", informa Fernanda Dâmaso. Neste capítulo, sublinha, "as entidades oficiais poderiam ser mais colaborantes, diminuindo a burocracia na atribuição de vistos de entrada, que implica atraso na chegada dos alunos a Portugal".

Os cursos de Direito, Economia e Engenharia são os preferidos pelos africanos. No entanto, é um dado adquirido que, na sua grande maioria, os estudantes dos PALOP têm uma preparação de base inferior à dos universitários portugueses. "Os nossos colegas", nota Carla Martins, cabo-verdiana, a frequentar o 1º ano de Gestão, "estudam Economia desde o 1º ano. Dispõem, igualmente, de melhores bases de Matemática". Note-se que, no conjunto dos PALOP, apenas ao 12º ano leccionado em Cabo Verde é reconhecida equivalência ao mesmo grau de ensino português.

Como justificação desta disparidade de níveis e métodos educativos, que gera significativos índices de insucesso escolar entre os africanos, Fernanda Dâmaso apresenta o exemplo da Guiné, onde viveu alguns anos. "Após a independência, o Estado colocou a Escola ao serviço da revolução, registando-se um razoável investimento na educação. Contudo, o ensino foi organizado em compartimentos estanques, em que o primário servia apenas para preparar os alunos para entrarem no secundário e este no superior. Como noutros países africanos, este modelo falhou. Hoje, assiste-se ao encerramento de escolas públicas rurais e à abertura de escolas privadas, nas cidades, o que acentua as desigualdades sociais."

O CEA procura eliminar estas diferenças de formação através de serviços de apoio pedagógico, que incluem aulas de apoio, fotocópias a baixo custo e consulta de livros. Em 1993-94, 75 alunos frequentaram Matemática, Francês, Inglês e Informática.

"Valorizar o conhecimento que os estudantes africanos têm do seu país, história, cultura e situação sócio-económica" é outro dos objectivos do centro. "Tenta-se que os alunos não percam o contacto com a realidade dos seus países, através da organização de colóquios sobre questões africanas e de outras iniciativas", afirma Fernanda Dâmaso. ■

Kumba Ialá, de férias em Portugal, falou ao PÚBLICO

Unir a oposição a Nino Vieira

PÚBLICO, 6.10.94

KUMBA IALÁ, depois de ter sido o mais votado candidato da oposição na eleições presidenciais da República da Guiné Bissau, promete continuar a luta até à "vitória final": a queda de Nino Vieira. No futuro parlamento, disse ao PÚBLICO, "a oposição vai estar unida e formar uma única bancada".

Nesse sentido, acrescentou, oito partidos já rubricaram um acordo preliminar. De fora, apenas ficou o Movimento Bafatá, o partido mais representativo da oposição, mas que "também já manifestou a sua intenção de discutir connosco a possibilidade de irmos a formar uma única bancada". A estratégia passa por uma série de "acordos prévios para que haja uma única pessoa que fale em nome da oposição".

Ialá, líder do Partido da Renovação Social — que ficou a 200 mil votos de ter sido eleito Presidente da Guiné — está no Algarve a passar férias, desenvolvendo ao mesmo tempo contactos com personalidades da vida política portuguesa. Na passada segunda-feira, foi recebido em Belém pelo Presidente Mário Soares, a quem teve a oportunidade, disse, de pedir a colaboração de Portugal no processo de democratização e nas relações da Guiné com o mundo.

A audiência em Belém permitiu ainda a Kumba Ialá, segundo afirmou ao PÚBLICO, fazer queixas das obstruções a que tem sido sujeito, no acesso aos órgãos de comunicação social guineenses e, apelou a que Portugal use da sua "influência para que fazer com que as próximas eleições autárquicas, em 1995, decorram em clima democrático". Por outro lado, o regime pluripartidário, sublinhou, "não é compatível com a existência de uma polícia política ao serviço de Nino Vieira". Na sua opinião, "a PIDE", como lhe chamou, deveria ser substituída por um Serviço de Informação do Estado.

Os que participaram na guerrilha, sustentam Ialá, tiveram "uma certa legitimidade histórica", mas os novos rumos que surgiram com as eleições impõem que sejam reconhecidos os direitos e liberdades individuais. A consolidação da democracia na Guiné-Bissau, na sua opinião, só poderá ser concretizada se houver "vigilância da comunidade internacional". A oposição, afirmou, "não acredita que possa haver democracia com este regime, por isso, está empenhada no seu derrube e já tem alternativa".

O Algarvio por adopção

O líder do Partido da Renovação Social representa uma nova geração jovem de guineenses que, em comum, para além das afinidades ideológicas, têm o facto de defenderem e manterem fortes laços afectivos com Portugal. Kumba Ialá considera-se até um "algarvio por adopção". Chegou a Portugal em 1970, a convite do louletano Joaquim Mealha: "Ele estava a cumprir o serviço militar na minha aldeia, e eu estudava e jogava à bola". Um dia, ele convidou-me e eu vim na esperança de poder prosseguir os estudos e, ao mesmo tempo, jogar à bola".

Estava naquela idade em que as pessoas "aprendem uma coisa e fica para sempre", daí que "nunca mais tenha esquecido as amizades desse tempo. Foi jogador do Louletano Desportos Clube, trabalhou no Hotel Quarteirasol, como porteiro e, depois, recepcionista. No Hotel Montechoro, mais tarde, foi fiel de armazém, na altura em que já frequentava o 5º ano do liceu mas continuava como jogador de futebol. Em 1975, foi para Lisboa prosseguir os estudos tendo concluído a licenciatura em Filosofia e Teologia.

Com a falta de "quadros" na Guiné, após a independência, em 1981, regressou ao seu país, deu aulas de política aos dirigentes do PAIGC, mas sete anos depois, por ter manifestado divergências em relação à política

que estava a ser seguida, foi expulso do partido.

As dificuldades da democracia em África e o seu percurso político foram o tema de um conferência que, Kumba Ialá proferiu na terça-feira à noite, na Casa da Cultura de Loulé. Falou dos ensinamentos que levou de Portugal, recordou as perseguições da PIDE e os conselhos dos opositoristas a Marcelo Caetano — elementos ligados ao PCP, MDP e PS — que permitiram que não tivesse sido preso. Infelizmente, lamentou, "agora ainda tenho a PIDE na Guiné".

A forma como decorreu a campanha eleitoral, os meios que o partido do Governo tinha à sua disposição — e ele, "nem uma bicicleta tinha" — foram outros dos temas da conversa que se prolongou por cerca três horas. Inverter a situação política do país — rico em madeiras e onde os "estudantes não têm sequer uma cadeira na escola para se sentarem" — disse ser a seu grande objectivo.

Para lançar as bases da acção política, no exterior, adiantou já ter tido algumas entrevistas com dirigentes do Partido Socialista e empresários portugueses. Valentim Loureiro e Fernando Barata, ambos cónsules da Guiné em Portugal, não estão na sua agenda de contactos "porque são amigos de Nino Vieira — e nós somos adversários — mas também vou arranjar os meus parceiros". ■

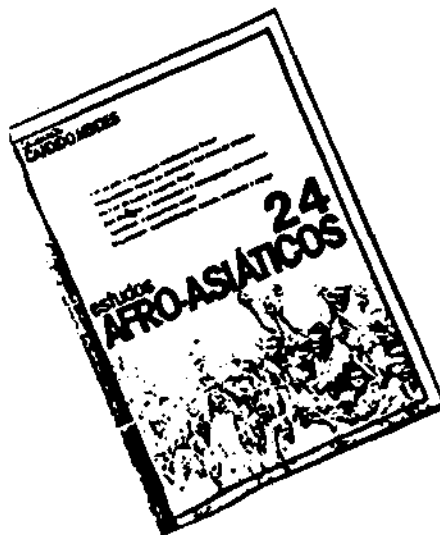
Idália Revez

ARQUIDIOCESE DO HUAMBO QUER O CESSAR-FOGO

— A Arquidiocese do Huambo, a União dos Religiosos da mesma região e a União das Superiores Maiores dos Institutos Femininos de Angola, numa carta aberta ao secretário-geral das Nações Unidas e a outras entidades, documento que também ontem foi transmitido ao PÚBLICO, falaram do "carácter desrespeitoso, discriminatório e sanguinário do Poder de Angola" para com o povo do centro do país. Ainda a propósito de bombardeamentos efectuados ao Huambo pela Força Aérea governamental, muito em particular o do dia 31 de Agosto, os padres e os missionários daquela arquidiocese condenaram o facto de Luanda não querer decretar o cessar-fogo a não ser quando houver um acordo final nas negociações de Lusaca.

PÚBLICO, 7.10.94

TROVOADA RECEBEU CARLOS GRAÇA — O Presidente de São Tomé e Príncipe, Miguel Trovoada, recebeu ontem o secretário-geral do MLSTP, vencedor das eleições legislativas antecipadas, Carlos Graça, e deu a entender que não levantará grandes objecções a que procure formar governo, apesar de só ter conseguido 27 dos 55 lugares na Assembleia Nacional. Os restantes deputados vão ser em partes iguais, 14 cada, da Acção Democrática Independente (ADI) e do Partido da Convergência Democrática (PCD), estando este último aparentemente disposto a assinar com o MLSTP um acordo de incidência parlamentar. Mas o quadro real da futura governação só deverá ficar mais claro dentro de alguns dias, sabendo-se apenas por enquanto que a Coligação Democrática de Oposição (Codo), ao contrário do que inicialmente se julgava, quando foram conhecidos os primeiros resultados, perdeu o único deputado que tinha.



LIGUE (021)531-2000
RAMAL 259

Mesmo com protocolo de Lusaca prestes a rubricar

Não há garantia de paz em Angola

PÚBLICO, 8.10.94

Jorge Heitor

O protocolo de Lusaca já está quase pronto a ser rubricado, mas mesmo assim as chancelarias de diversos países permanecem cépticas quanto à normalização da vida em Angola. Quando muito, admitem uma interrupção temporária das hostilidades, como a que houve depois dos acordos de Bicesse.

De Lusaca chegaram a vir ontem, designadamente pela agência Lusa, notícias sobre a conclusão iminente do protocolo que resume 11 meses de negociações na capital zambiana entre o Governo angolano e a UNITA. Mas em meios da ONU e em círculos diplomáticos tanto europeus como africanos continua a haver grande reserva quanto à hipótese de esse documento, mesmo que possa ser rubricado a curto prazo, dar efectivamente a paz a Angola.

Há resmas de papel acumulado, com a teorização de tudo o que se deverá fazer para a reconciliação da grande família angolana, mas falta a inventura essencial: a vontade genuína de cada um dos beligerantes de depor as armas de uma vez por todas e de aceitar compromissos sérios para que se possa viver em paz e construir o país a partir de um vasto território devastado.

Desde certos quadros das Nações Unidas a diplomatas sul-africanos, a atitude geral não di-

fere muito da que esta semana foi expressa pelo ministro português dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso: "Há que ver para crer". Ou seja, só o tempo dirá se efectivamente daqui a dias se rubrica o protocolo de Lusaca, se depois dele se assina um acordo ao mais alto nível, se a UNITA reocupa os seus lugares no Parlamento, se haverá um governo bipartidário, se...

Processo extremamente moroso

Luanda tem sido pouco transigente em alguns aspectos, enquanto o partido de Jonas Savimbi não deixa de procurar ganhar tempo, pelo que a qualquer observador atento o processo ainda se apresenta bastante moroso, mesmo que se verifique em breve uma interrupção das hostilidades, tal como aconteceu depois dos acordos rubricados em Bicesse no mês de Maio de 1991.

De há um ano para cá, a UNITA perdeu muitas das vantagens que tinha conseguido no terreno, designadamente nas províncias do Bié, Cuando-Cubango, Lundas, Uíge e Kuanza Norte, pelo que desejaria ardentemente uma interrupção das hostilidades, de modo a recompor-se, para eventualmente reatar a luta daqui a algum tempo, em melhores condições. Foi isso o que disse ao PÚBLICO um diplomata africano que segue atentamente o evoluir da situação em Angola e que não acredita na consistência da paz a curto prazo.

Os homens de Savimbi têm sido por vezes cépticos quanto ao processo negocial de Lusaca, pois acusam alguns dos observadores, muito especialmente a Rússia, de estarem a vender armas ao regime de Luanda, enquanto a parte go-

vernamental afirma que ainda há armamento sul-africano a chegar à UNITA.

Quando perguntámos a uma fonte da África do Sul se isso é possível, respondeu-nos que há sempre a hipótese de as armas serem vendidas para determinado destino e depois irem parar a outras mãos. E, efectivamente, há dois dias voltou a descarregar em Port Elizabeth um barco dinamarquês que seguira para o Médio Oriente com mais de 25 mil espingardas vendidas a um negociante libanês e que foi interceptado no Iémen, onde se levantaram dúvidas quanto ao destino final da remessa.

As armas, aliás, não são o único ponto de contacto entre sul-africanos e angolanos, pois que a UNITA se tem queixado de haver agora centenas ou até mesmo milhares de antigos militares da África do Sul a enquadrar as Forças Armadas de Angola, designadamente na região diamantífera das Lundas. Militares esses que em muitos casos teriam no passado ajudado a combater o regime de carácter marxista instaurado em 1975 pelo MPLA para hoje em dia, bem pagos, se terem passado para o campo contrário.

Alto nível no Huambo

Estes são alguns dos muitos problemas que se levantam à concretização da paz em Angola, na altura em que a UNITA anuncia que de 10 a 12 deste mês a sua Comissão Política se reúne no Huambo, a fim de ratificar o protocolo que estará prestes a ser assinado em Lusaca.

No entanto, há condições para essa ratificação: as Forças Armadas governamentais não deverão tomar entretanto nenhuma posição militar estratégica, nem constituir ameaça mi-

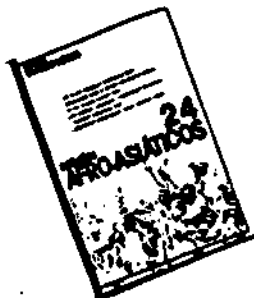
litar séria para a cidade do Huambo, que a UNITA ocupa desde Março do ano passado. Pois se assim for, o Chefe do Estado-Maior da oposição, general Arlindo Isaac Penda, "Ben-Ben", irá declarar uma "resistência armada generalizada" em todo o país.

Esse aspecto de um comunicado elaborado há quatro dias levou alguns observadores a entender que a UNITA estaria a encarar a hipótese de, perante a sua perda de terreno no campo da guerra convencional, passar agora à luta de guerrilha, o que perpetuaria a instabilidade em Angola.

Outra expectativa quanto à anunciada reunião da próxima semana no Huambo é verificar se Savimbi vai ou não reaparecer em público, depois de em meios afectos ao MPLA se ter andado a dizer e a escrever desde o mês passado que "o inimigo principal" do regime esteve hospitalizado em Marrocos; e até mesmo que poderia ter morrido, devendo ser "Ben-Ben" o seu sucessor.

Uma fonte diplomática de um país africano declarou-nos ontem que, mesmo que o carismático político se tenha deslocado recentemente a Marrocos, já está de volta às terras do Huambo, pelo que é bem possível de admitir que se encontre nesta altura a preparar o seu discurso do reaparecimento perante o país e o mundo. E do tom do mesmo, se o houver, se poderá concluir um pouco quais as verdadeiras perspectivas angolanais de paz a curto e a médio prazo.

Enquanto isto, a UNITA procurou nos últimos dias das negociações ficar com a administração dos municípios do Soyo, rico em petróleo, e do Lobito, de onde parte o caminho-de-ferro de Benguela, de importância vital para o desenvolvimento de várias províncias. ■



estudos
AFRO-ASIÁTICOS

Insultos e acusações na campanha eleitoral

Dhlakama faltou a um encontro secreto com Chissano, à medida que a campanha endurece

EXPRESSO, 8.10.94

HENRIQUE MONTEIRO.
e **ANTÓNIO PEDRO FERREIRA** (fotos)
enviados a Moçambique

LISBOA Martins é da Renamo e Castelo Saibo Iahaia é da Frelimo. Não sabem explicar a razão das suas opções nem se esforçam muito. Ambos têm de momento um objectivo mais importante: conseguir uma bebida de graça. «É só dois contos (cerca de 60 escudos) patrão...»

É assim que, em Moçambique, acabam muitas sondagens de opinião. Estávamos em Marracuene, que nem sequer é longe de Maputo, e foi mais fácil saber por que razão já não existem hipódromos no rio Incomati, do que perscrutar as razões políticas daqueles e de outros homens, desmobilizados da guerra e desempregados.

Esta é uma das razões por que não se pode fazer fé nas sondagens que cada partido vai apresentando — sempre em segredo, para não se comprometerem — e cujos resultados são opostos. Mas a Frelimo e a Renamo fingem acreditar nos próprios estudos de opinião e na respectiva vitória.

Porém, a margem de incerteza que resta é enorme e aumenta a par e passo com o nervosismo e a insegurança. Na segunda semana da campanha eleitoral, o tom das acusações subiu de uma forma evidente e, pela primeira vez, se ouviram reservas quanto ao futuro do país, assim como conversas

privadas sobre pôr a família a salvo na África do Sul, com receio que Luanda se repita em Maputo.

Encontro falhado

As declarações dos líderes políticos, longe de contribuir para o apaziguamento, são de molde a fazer aumentar a insegurança. Após um pequeno incidente a 70 quilómetros de Nampula — o helicóptero que transportava Dhlakama foi apedrejado — o líder da Renamo teve uma frase digna de Savimbi: «Eu tenho a capacidade para fazer voar esta porcaria toda em menos de 24 horas.» Como se isto não bastasse, adiantou que não reconheceria as eleições caso tivesse menos de 60 por cento dos votos em Nampula e na Zambézia (provincia que propôs que se passasse a chamar Renamo). Isto, muito embora continuasse a jurar que não voltaria à guerra em nenhuma circunstância e apelasse aos militantes para não responderem às constantes provocações da Frelimo, já que existem inúmeros relatos de interrupções de comícios da Renamo e de outros partidos por elementos do partido do Governo.

Numa tentativa de fazer baixar a pressão, chegou a estar agendada, para quinta-feira, uma reunião secreta entre Chissano e Dhlakama a qual não se realizou uma vez que o líder da Renamo, que continua em campanha em Nampula, não se deslocou à capital, onde se encontrava o Presidente da República. Além dos in-

cidentes da campanha, os dois líderes deveriam também discutir os pontos relacionados com o estatuto da oposição e com os governos provinciais.

A passagem de Chissano por Maputo foi aproveitada pelo líder da Frelimo para conceder uma conferência de imprensa onde deixou claro que a sua proposta de conceder estatuto protocolar, segurança, casa e ordenado ao segundo candidato mais votado, não resulta de qualquer acordo com Dhlakama, mas apenas da sua vontade. «Isso não é um acordo, não exige reciprocidade», sublinhou Chissano, salientando que, no caso de ser ele o derrotado, não exigirá qualquer tratamento especial.

Chissano deixou ainda bem claro que é ele e não a Frelimo o motor da campanha. «É natural eu encontrar maior motivação por parte do eleitorado do que a Frelimo. Não sei o que aconteceria caso não fosse eu o líder da Frelimo», afirmou Chissano aos jornalistas, vincando bem a sua posição em relação ao partido e ao Governo.

Búfalos e capim

Outro dos sinais de aumento de tensão é o progressivo alinhamento da comunicação social do Estado. Na quinta-feira, no jornal «Notícias» — cujos artigos de opinião são todos críticos para Dhlakama — o líder da Renamo era comparado a Kaúlza de Arriaga, Savimbi e Jean Bedel Bokassa.

A imprensa e os jornalistas

estão, aliás, também no centro da campanha depois de um responsável da Fumo, o partido de Domingos Arouca, ter acusado os profissionais da comunicação social de receberem dinheiro da Frelimo. Luís Loforte, da direcção da Fumo (que se considera poder ser o terceiro partido de Moçambique), afirmou possuir provas de que certos jornalistas da Rádio Moçambique recebiam do partido do poder cerca de 500 contos por dia (80 dólares), o que foi prontamente desmentido pela administração daquela emissora, que entretanto suspendeu dois jornalistas por estarem envolvidos na campanha eleitoral. Curiosamente, também esta semana, a própria Frelimo criticou a Rádio Moçambique por reportar números exagerados quando se refere a pessoas presentes nos comícios da Renamo.

Para além dos dois grandes, os restantes 12 partidos tentam mobilizar os eleitores alegando que os partidos armados não devem ganhar as eleições. Domingos Arouca, uma figura histórica em Moçambique, percorre o país afirmando que «quando dois búfalos lutam quem sai mal é o capim». Mas a verdade é que, na maior parte dos distritos, os eleitores não conhecem mais do que a Frelimo e a Renamo, pelo que os pequenos partidos a pouco mais podem aspirar do que recolher votos nas cidades, sendo que precisam de atingir a fasquia dos cinco por cento para entrarem no Parlamento.

PS apoia Frelimo e Renamo

EXPRESSO, 8.10.94

MILITANTES do PS estão a apoiar a Renamo e a Frelimo na campanha eleitoral em Moçambique, repartindo divisões que se fizeram sentir aquando das eleições legislativas e presidenciais em Angola.

António Peres, um militante do PS que colaborou nas duas campanhas de Fernando Gomes no Porto, está agora em Maputo, com a sua empresa de assessoria a apoiar, do ponto de vista técnico e logístico, a campanha da Renamo. Também Miguel Coelho, funcionário do PS e assessor de Vasco Franco na Câmara de Lisboa, é um dos técnicos que assessoria a campanha da Frelimo. Hoje mesmo, deverá chegar à capital moçambicana Joaquim Raposo, do departamento de organização socialista, para também se integrar na campanha frelimista.

O facto de estes dois destacados funcionários do aparelho socialista estarem a apoiar a Frelimo enquanto um outro funcionário do PS/Porto foi proibido pelo responsável das relações internacionais, José Lamego, de apoiar a campanha da Renamo levou, aliás, António Peres (ligado à linha socialista) a apresentar a sua demissão de militante.

O PS celebrou há um ano um protocolo de cooperação com a Frelimo, o que permite que destacados funcionários socialistas tenham vindo a Maputo para apoiar a campanha. O responsável do secretariado do PS pela organização, Jorge Coelho, esteve também em Moçambique, onde ministrou um curso de «marketing» político, ao mesmo tempo que o chefe do gabinete eleitoral da Frelimo, e ministro da presidência, Mariano Matosinho, se deslocou a Lisboa para assistir à Convenção autárquica dos socialistas.

Porém, o apoio à Frelimo não é pacífico no interior do PS e criou algumas tensões com socialistas que preferiam que o partido se mantivesse neutral.

Uma pesquisa confidencial da empresa brasileira Vox Populi, que está a assessorar a Frelimo, revela que Joaquim Chissano está bastante melhor colocado perante o eleitorado do que a Frelimo. De acordo com esse estudo, o Presidente é «a grande estrela do partido» mas existe uma «imagem de

corrupção no Governo», uma «indignação com a riqueza dos dirigentes da Frelimo» um pouco por todo o país.

A Vox Populi considera ainda que não há sinais fortes para o eleitorado defender a Frelimo, salvo a luta pela independência do país. De resto, o estudo revela que muitos eleitores «suspeitam da conviência de Joaquim Chissano com as irregularidades da governação», ao passo que outros o criticam pela sua «postura passiva» em relação ao «comportamento pouco ético» do seu Governo.

A mesma pesquisa considera Dhlakama «um líder por excelência». O dado mais preocupante para a Frelimo, lê-se ainda no documento secreto, é o facto de um grande número de eleitores, mesmo os que não apoiam a Renamo, considerarem que houve «uma vitória da Renamo contra a Frelimo na luta pela democratização», o que leva a que a guerra movida pelo movimento de Dhlakama possa surgir com objectivos «mais nobres».

CARLOS GRAÇA ao EXPRESSO

Temos a confiança do povo de S. Tomé

EXPRESSO, 8.10.94

PRIMEIRO-MINISTRO a ser indigitado em S. Tomé e Príncipe, Carlos Graça, cujo partido, o MLSTP, obteve uma clara vitória nas legislativas da semana passada, afirma-se disposto a formar um governo de união nacional, mas os dois outros partidos com representação parlamentar ainda não deram uma resposta definitiva. O MLSTP (43%) conquistou 27 dos 55 lugares em disputa, seguindo-se-lhe o Partido da Convergência Democrática com 14 mandatos e a Aliança Democrática Independente com 13 ou 14 mandatos. O lugar em dúvida poderá ser atribuído à Coligação Democrática da Oposição (Codo).

Nesta entrevista, Carlos Graça explica as razões do seu sucesso eleitoral e define as linhas-mestras da sua política.

EXPRESSO — Menos de quatro anos depois da esmagadora derrota sofrida nas primeiras eleições pluripartistas em S. Tomé e Príncipe, o MLSTP venceu por larga maioria as eleições do passado domingo. Como explica esta reviravolta?

CARLOS GRAÇA — As eleições de 1991 tiveram lugar num contexto de crise — económica, social e política — continental, que não afectou apenas S. Tomé mas a quase totalidade dos países africanos. Não existiam termos de comparação. E dado que o MLSTP tinha estado sozinho no poder desde a independência, foi relativamente fácil aos partidos emergentes criar uma dinâmica de mudança, convencendo a população de que o MLSTP era o único culpado das dificuldades que o país atravessava. Mas passados três anos e meio, a situação não só não melhorou como ainda piorou. O nosso povo dispõe agora de condições mais objectivas para avaliar o trabalho desenvolvido pelo MLSTP nos primeiros 15 anos. Devolveu-nos a sua confiança, com a esperança de que vamos fazer melhor que o anterior governo.

EXP. — Foi só uma mudança de opinião, ou o MLSTP também mudou nos três anos que esteve na oposição?

C.G. — O MLSTP já não é o mesmo. Fomos nós que em 1989 dissemos ao nosso povo que o tempo dos regimes de partido único tinha acabado, que era preciso mudar o sistema e o partido. Trocámos a ideologia marxista pela social-democracia, e foi o MLSTP/PSD que conduziu todo o processo de instauração da democracia de tipo liberal em S. Tomé, sendo o primeiro dos PALOP e dos países da África Central a fazer esta transição. Contudo, o MLSTP assume todo o seu passado como partido histórico da luta pela independência.

EXP. — Disse, antes das eleições, que pretendia formar um governo de união nacional, com a participação de todos os partidos que obtivessem pelo menos 10 por cento dos votos. A vitória do MLSTP sem maioria absoluta parece favorecer a formação de um governo de coligação...

C.G. — Dissemos que um governo de união nacional nos parecia a solução mais eficaz e adequada para o período de crise que o país atravessa. Esta intenção persiste, e é o que vamos tentar fazer.

EXP. — Mas os outros partidos já disseram que não estavam dispostos a entrar num governo liderado pelo MLSTP.

C.G. — Formalizámos a proposta nos primeiros contactos que tivemos com todos os partidos depois das eleições. Não disseram que sim nem que não e comprometeram-se a dar a resposta definitiva dentro de dias.

EXP. — As eleições foram antecipadas em consequência de uma crise institucional entre a Presidência da República e o Governo. Acha que as causas do conflito foram ultrapassadas com a mudança de maioria?

C.G. — A crise foi provocada pela natureza e o comportamento do anterior Governo, que não aceitava a divisão de poderes prevista na actual Constituição. Como dispunha da maioria



no Parlamento, tentou retirar poderes ao Presidente e puxar para o lado do parlamentarismo. Conosco isto não irá acontecer. Fomos nós que elaborámos a Constituição e estamos a favor de um semipresidencialismo com um poder presidencial relativamente forte. Nestas condições, esperamos manter boas relações institucionais com o Presidente Miguel Trovoada.

EXP. — Admite ser candidato à Presidência da República em 1995?

C.G. — Vamos concorrer com um candidato próprio a eleger pelo próximo congresso nos finais do ano. Pessoalmente, acho uma eventual candidatura dificilmente compatível com o desempenho das funções de primeiro-ministro.

EXP. — O regresso do MLSTP ao poder implicará algumas mudanças em matéria de política externa?

C.G. — Não. Nos últimos três anos, a política externa de S. Tomé pautou-se pelos mesmos princípios que foram definidos pelo MLSTP quando eu era ministro dos Negócios Estrangeiros. Portugal, Angola e a França são e continuarão a ser os nossos parceiros privilegiados, e as únicas mudanças possíveis serão no sentido de tornar a nossa diplomacia mais activa e dinâmica.

EXP. — Quais são as primeiras medidas que tenciona tomar como primeiro-ministro?

C.G. — Os objetivos prioritários são a consolidação do regime democrático, a restauração da estabilidade política e o desenvolvimento económico. Todos estes factores estão interligados. Sem estabilidade política não é possível atrair investimento. A luta contra a corrupção é um aspecto muito importante do trabalho a fazer para restaurar a confiança e combater a indisciplina e a falta de ética que imperam actualmente em alguns sectores da nossa sociedade.

NICOLE GUARDIOLA

José Craveirinha, poeta moçambicano

'OS ESCRITORES ESTÃO CANSADOS'

EXPRESSO, 8.10.94

JOSÉ EDUARDO AGUALUZA

O poeta moçambicano José Craveirinha, 72 anos, assistiu com alguma impaciência aos trabalhos do Parlamento Internacional de Escritores. Talvez porque, como ele diz, "os escritores são seres humanos, também se cansam".

José Craveirinha, único representante da África de língua portuguesa (o anglophone Lusitino Vieira ficou no Norte de Portugal, a escrever um livro, e o moçambicano Mia Couto tinha compromissos profissionais em Maputo), o autor de "Marie" (ed. ALAC) manifestou-se particularmente escandalizado com a proposta de se criarem redes de casa-refúgio para os escritores paraguaios: "Não pode ser! Os escritores devem permanecer nos seus países e suportar as consequências do seu trabalho, sejam elas quais forem." Craveirinha tem ainda editado, em Portugal, "Cala 1", "Xigubo", e "Karingana Un Karingana", todos nas Edições 70.

PÚBLICO — Tânia Maria deveria ter permanecido na Bangladesh, mesmo correndo o risco de ser assassinada?

JOSÉ CRAVEIRINHA — Com certeza! Sempre houve vítimas. Pessoas que morreram por dizerem a verdade. O escritor tem o seu próprio poder.

P. — Os escritores têm poder?

R. — Não têm? Então porque é que têm medo dos escritores?

P. — Quem tem medo dos escritores? Em Moçambique têm medo dos escritores?

R. — Quando eles marginalizam aqueles que escrevem, estão a ter medo. Está a demonstrar o medo que têm. É medo. Quando não colocam o escritor à mesa, é medo...

P. — Em Angola e Moçambique, os escritores da sua geração, que tomaram posições a favor da liberdade durante a época colonial, não foram capazes de assumir uma mesma postura após a independência. Porque é que se mantêm em silêncio?

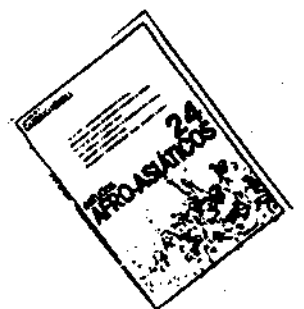
R. — Os escritores não somos humanos, também se cansam.

P. — Os escritores africanos da sua geração estão cansados?

R. — É possível, é possível. É possível que estejam cansados, mas não derrotados. Tanto assim que estão lá. E poderiam sair.

P. — Então lá, mas estão calados.

R. — O que é que quer dizer? Que não valeu a pena? Os escritores cumpriram o seu dever. Assim como o machambaire (agricultor) semia, e nem tudo ganha, assim acontece com o escritor. ■

LIGUE (021)531-2000
RAMAL 259

Incidentes ensombram campanha eleitoral moçambicana

Dhlakama progride, resultado imprevisível

PÚBLICO, 11.10.94

José Pinto de Sá,
em Nampula

Com meio caminho já andado, a campanha eleitoral moçambicana sobe de tom e já se registaram cenas de violência, com pedradas e murros. Chissano e Dhlakama apelaram à calma, mas os incidentes multiplicam-se por todo o país. E o desfecho da ida às urnas é absolutamente imprevisível.

Na sexta-feira, partidários da Frelimo apedrejaram a viatura em que se deslocavam Afonso Dhlakama e a mulher, depois de o líder da Renamo ter dirigido um comício em Malema, na província de Nampula, no Norte de Moçambique. A viatura de caixa aberta em que seguiam os jornalistas nacionais e estrangeiros foi igualmente apedrejada.

O cabeça de lista do partido governamental por Nampula foi considerado responsável. Eduardo Nihia, general na reserva, conotado com os falcões da Frelimo, teria decidido impedir a reunião da Renamo em Malema, por se tratar da sua terra natal.

Horas depois, em Ribáue, o comício de Dhlakama foi perturbado por partidários da Frelimo que empunhavam dísticos e cantavam. No exterior do campo de futebol onde o líder da Renamo discursava perante milhares de pessoas, os contramanifestantes trocaram murros com adeptos da oposição, tendo as forças policiais observado o confronto sem intervir. No seu dis-

curso, Afonso Dhlakama declarou: "Não respondam a provocações da Frelimo. Eu já ganhei".

No sábado, ao falar aos jornalistas em Nampula, Dhlakama garantiu que em caso algum voltará à guerra, mas que o seu partido tem capacidade para paralisar o país em 24 horas, "se a Frelimo quiser brincar com a Renamo". O líder da Resistência considerou que o seu partido poderá recorrer à greve geral, face à alegada inoperância do Tribunal Eleitoral.

Os ataques à comitiva da Renamo começaram há uma semana em Mogovolas, quando apoiantes da Frelimo apedrejaram o helicóptero de Dhlakama, que abandonava o local depois de um comício. As pedradas quebraram vidros e danificaram o hélice, mas o aparelho levantou voo e seguiu viagem, apesar dos estragos.

Apelo à calma

No dia seguinte, durante uma conferência de imprensa em Maputo, o Presidente Joaquim Chissano reconheceu que Afonso Dhlakama "foi demasiado provocado", mas invocou o seu sentido de responsabilidade para evitar uma crise. Chissano apelou à calma e tranquilidade, considerando, no entanto, que, comparando com outros países, "os incidentes são mínimos".

No entanto, os casos de violência prosseguiram por todo o país e quase todos os partidos da oposição acusaram já a Frelimo de prática constante de intimidação. Na sexta-feira, um grupo de frelimistas perturbou um comício do Partido da Convenção Nacional (PCN) em Boane, província de Maputo, e apedrejou depois a sua caravana, causando três feridos. Fontes partidárias revelaram que se tratou do terceiro boicote sofrido em duas semanas pelo PCN, uma das forças mais importantes da oposição não armada.

O presidente do PCN, Martinho Lutero Simango, acusou a Frelimo de se manter no poder com base em intimidações e perseguições e pôs em causa o espírito democrático do partido governamental: "Depois de Outubro, continuarão a matar, co-

mo fizeram aos nossos pais."

O pai do líder do PCN, o reverendo Uria Simango, foi um destacado dirigente nacionalista nos anos 60 e um dos fundadores da Frelimo. Depois da morte de Eduardo Mondlane, que era o chefe da Frente de Libertação, foi acusado de traição pela nova liderança, mantido preso durante anos em campos de reeducação e por fim fuzilado em local e data ainda por esclarecer, durante a presidência de Samora Machel.

Afonso Dhlakama disse, no sábado, ao PÚBLICO que é possível que se reúna dentro de dias com o Presidente Chissano, para discutirem a deterioração da segurança na campanha.

No domingo, os comícios realizados por Dhlakama nos distritos de Lalaua, Mecubúri e Murrupula, na província de Nampula, também foram alvo de boicote por parte de contramanifestantes frelimistas, o que obrigou à intervenção das forças policiais, que detiveram quatro pessoas. Em Mecubúri, um dos presentes no comício de Dhlakama, o antigo cabo do Exército português Rafael Wahaque, de 64 anos, pediu a palavra para acusar o administrador local de proferir ameaças de morte contra quem não votar em Chissano e na Frelimo.

Ao comentar a situação, Afonso Dhlakama declarou que os incidentes revelam o crescimento do partido governamental face ao apoio recebido pela Renamo nas populações provinciais da Zambézia e de Nampula, consideradas determinantes nos resultados finais das eleições presidenciais e legislativas que se efectuam em 27 e 28 deste mês.

Dhlakama, que foi recebido, no dia 2, em Nampula por 25 mil pessoas, revelou que a recepção ultrapassara as suas melhores previsões e afirmou estar agora confiante na vitória eleitoral. O Presidente Joaquim Chissano, contudo, rejeitou essa avaliação, comentando que "o eleitorado é que dirá no dia das eleições". E disse que a sua deslocação à Zambézia desmente os prognósticos da Renamo em tal província.

A aceitação da Renamo na Zambézia e em

Nampula, que juntas elegem 103 dos 250 deputados, já fez rolar cabeças nas hostes da Frelimo. O diário antigovernamental "Imparcial" noticiou ontem que a empresa brasileira Vox Populi, que assessorava a campanha de Chissano, foi sumariamente despedida. Na origem da medida estariam as previsões triunfalistas das sondagens da Vox Populi, que teriam induzido o Presidente a erros de estratégia eleitoral em Nampula.

Cenários de governo

A cerca de duas semanas da ida às urnas, a vantagem geralmente concedida à Frelimo parece desvanecer-se e o desfecho é agora absolutamente imprevisível.

Joaquim Chissano, contudo, afasta as leituras contendo, afasta as leituras derrotistas e anuncia que já pensa no novo mandato, tendo iniciado consultas com vista à formação do executivo pós-eleitoral.

Embora negue a existência de compromissos com outros partidos, declara pensar "muito na reconciliação nacional".

A ideia da formação de um governo de unidade nacional, defendida por quase toda a oposição, foi sempre firmemente rejeitada pela Frelimo. No entanto, crescentes pressões da comunidade internacional, particularmente dos Estados Unidos e do secretário-geral da ONU, terão começado a dar os seus frutos. O partido ainda no poder declara-se agora favorável à formação de um governo a que prefere chamar "de reconciliação nacional" e que incluiria figuras da oposição e independentes, mas que não passará por acordos partidários.

Quanto a Dhlakama, reiterou no sábado o seu empenho num governo que englobe os principais partidos e admitiu que, na hipótese de vitória, poderá pedir ao Parlamento a criação de um cargo de vice-Presidente da República... para o oferecer a Chissano. ■

Trovoadistas roeram a corda ao MLSTP

PÚBLICO, 11.10.94

A RECUSA formal da Acção Democrática Independente (ADI), formada o ano passado à sombra do Presidente Miguel Trovoada, liquidou as esperanças do MLSTP/Partido Social Democrata de liderar um governo de base partidária alargada, em São Tomé e Príncipe. Esgotadas as hipóteses de coligação com o Partido da Convergência Democrática (PCD) e com a ADI, os social-democratas — vencedores das eleições legislativas antecipadas do dia 2 deste mês — indicaram que vão chamar figuras independentes para partilhar a dura tarefa de prosseguir a aplicação do Programa de Ajustamento Estrutural negociado com o

Fundo Monetário Internacional (FMI).

A ADI, cujo Conselho Nacional vetou a participação do partido num governo de maioria social-democrata, ao contrário do que na altura da ida às urnas se chegara a admitir, manifesta-se no entanto disposta a "não criar embaraços à governação do País, viabilizando o programa" que o MLSTP apresentou, desde que sejam salvaguardados alguns aspectos considerados de interesse nacional.

Para justificar este volte-face, a ADI acusa o partido liderado por Carlos Graça de ter caluniado e cutamado os seus dirigentes e alguns órgãos de sobe-

rania, através de panfletos anónimos, cuja paternidade diz estar provada.

Por outro lado, delegações de alto nível do MLSTP e do PCD iniciaram negociações com vista a viabilizar no mais curto espaço de tempo um acordo de incidência parlamentar. O que se pretende é que o agrupamento de Leonel Mário D'Alva e de João Bonfim sustente na Assembleia Nacional a bancada social-democrata, que é formada por 27 deputados, face a 14 de cada um dos outros dois partidos que obtiveram representação parlamentar. E a contrapartida poderia eventualmente ser uma revisão constitucional [nomeadamente no sentido de

diminuir os poderes do Presidente da República].

Fontes do MLSTP disseram ao PÚBLICO que o governo de Carlos Graça deverá ter 10 ministérios e uma secretaria de Estado, podendo os Negócios Estrangeiros caber a Guilherme Posser da Costa, que no entanto também é uma hipótese para a presidência da Assembleia Nacional.

Alberto Paulino e Fernando Silveira, actuais ministros da Justiça e da Saúde, no gabinete de transição formado em Julho por Evaristo do Espírito Santo Carvalho, deverão, como independentes, continuar nessas pastas. • Conceição Lima, em São Tomé

Angola discute cooperação cultural

PÚBLICO, 10.10.94

A REALIZAÇÃO de um ciclo de cinema português em Angola, a deslocação de uma companhia de dança a Luanda, para a realização de um "workshop" com artistas angolanos, foram algumas das acções de cooperação possíveis entre 1994 e 1995 discutidas entre o secretário de Estado da Cultura, Santana Lopes, e a vice-ministra da Cultura de Angola, Ana Maria de Oliveira. A participação portuguesa na iniciativa "Cultura em Novembro", através de uma exposição sobre o livro, foi também discutida, bem como a realização da Feira do Livro de Luanda

do próximo ano, disse fonte do gabinete de Santana Lopes.

A cooperação em acções de inventariação e recuperação de património edificado em Angola esteve também na agenda da reunião, pela qual passou também o tema da ratificação pelo Governo angolano do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Ana Maria Oliveira encontrou-se também com o presidente da Comissão dos Descobrimentos, Vasco Graça Moura, e com o comissário da Expo-98, Cardoso e Cunha, para discutir formas de cooperação cultural. ■

FICHAS DA PIDE AGITAM CABO VERDE — O Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) desmentiu, ontem, que possuía documentos da ex-PIDE/DGS, mas admitiu que, no período de transição, as autoridades portuguesas não tivessem controlo sobre esses arquivos. "Acredito que tenha havido documentos que as autoridades portuguesas não tenham podido controlar", reconheceu Aristides Lima, secretário-geral do PAICV, na oposição. Na semana passada, Teófilo Silva, deputado do Movimento para a Democracia (MpD), que apoia o Governo, acusou o PAICV de estar na posse de parte dos arquivos da PIDE/DGS, que utilizaria contra cidadãos cabo-verdianos, em articulação com uma "policia política privada". Esta acusação, partilhada pelo presidente da Assembleia Nacional, também do MpD, surgiu depois de o PAICV ter vetado a atribuição do estatuto de "combatente da liberdade da pátria" a um cidadão que, segundo informações da PIDE, teria colaborado com a policia política. A resposta do partido da oposição veio ontem, acusando o MpD de "grotesca e perversa tentativa de manipulação". Uma fonte do PAICV disse à agência Lusa que o partido há muito tempo que conhece o passado do cidadão Albino Fortes, mas que a documentação comprovativa — as fichas da PIDE — só entretanto chegaram às mãos de um seu deputado. PÚBLICO, 11.10.94

Vice-ministro angolano fala dos acordos de Lusaca

"A UNITA tem muito receio de sair do mato"

PÚBLICO, 12.10.94

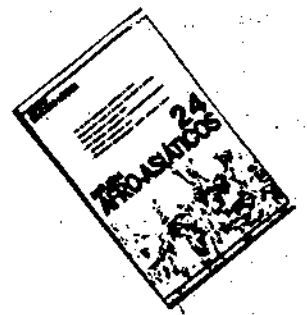
"A UNITA tem muito receio em sair do mato", disse ontem, ao PÚBLICO, em Madrid, o vice-ministro angolano das Relações Exteriores João Miranda, comentando as incertezas quanto à assinatura dos acordos de Lusaca. No mesmo dia em que, no Huambo, a Comissão Política da UNITA deveria ter começado a debater o tema, Miranda manifestou dúvidas sobre as intenções do adversário: "A UNITA está a fazer um mero exercício para passar o tempo, as negociações deveriam ter terminado em Dezembro e o dilema de Jonas Savimbi sugere-me uma dúvida. É provável que dentro de dias as-

sine os acordos mas que não os aplique".

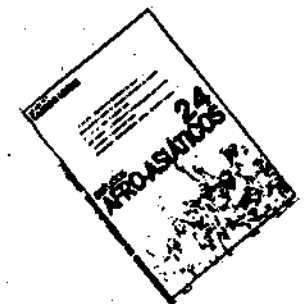
Tal perspectiva deve-se, segundo João Miranda, à situação na UNITA: "Tem dificuldades, é um movimento militarista e a exigência da desmilitarização debilita-a, pelo que os acordos não lhe interessam". O vice-ministro angolano, que participou apenas no início das negociações de Lusaca, adverte: "A UNITA tem de fazer um grande esforço para ter uma situação popular, e se coloca a hipótese de assinarem mas não cumprirem tal deve-se ao facto de quererem manter o seu 'status quo', ou seja, uma bandeira onde estiverem e a sua administração".

Outra fonte angolana presente em Madrid, num seminário sobre a realidade que se vive no seu país, adiantou que, a dois anos de esgotar a legislatura, se poderia desde já pensar em antecipar as eleições presidenciais que em princípio só seriam depois de meados de 1996. Isto porque, na sua óptica, não haveria agora obrigatoriedade legal nem condições para uma segunda volta das que começaram em 1992 e em cuja primeira ronda José Eduardo dos Santos e Savimbi foram os mais bem classificados, sem que no entanto nenhum deles chegasse aos 50 por cento dos votos. ■

Nuno Ribeiro, em Madrid



LIGUE (021)531-2000
RAMAL 259



Portugal e Cabo Verde geminam municípios

PÚBLICO, 12.10.94

DIVERSOS MUNICÍPIOS portugueses e cabo-verdianos vão assinar protocolos de cooperação e geminação entre Novembro deste ano e Maio de 1995, sendo os primeiros firmados na segunda quinzena do próximo mês, entre o município dos Mosteiros, na ilha do Fogo, e as edilidades de Azambuja e Constância.

Segundo Hugo Rodrigues, presidente da comissão instaladora do concelho caboverdiano dos Mosteiros, o município da Azambuja irá financiar a compra de todo o equipamento para o projecto de ampliação da rede de abastecimento de água, que deverá chegar ainda este mês a Cabo Verde.

O autarca, que no princípio deste mês esteve em Portugal, assinou com a Câmara do Entroncamento um protocolo de cooperação que prevê o financiamento da construção de um jardim infantil, o fornecimento de alguns equipamentos para a rede eléctrica e o envio de material para a biblioteca e posto sanitário, bem como a concessão de bol-

sas de estudo.

São Filipe, capital da ilha do Fogo, será outro dos municípios caboverdianos abrangido por estes protocolos, estando previsto, já este mês, a entrega de material escolar, desportivo, medicamentos e uma máquina agrícola, cedidos pela Câmara de Ourém, além de um autocarro para o transporte escolar de crianças que residem no interior da ilha, oferecido pela TAP-Air Portugal.

Por seu lado, César Almeida, presidente da Câmara de Porto Novo, na ilha de Santo Antão, visitou recentemente Angra do Heroísmo, tendo debatido com o seu homólogo, Joaquim Condes, a assinatura, em Maio de 1995, de um acordo de cooperação. Este protocolo prevê apoios no sector do urbanismo, formação superior e profissional através da atribuição de bolsas de estudo, nas áreas de engenharia ambiental e agropecuária, além do acolhimento de técnicos para cursos de ensino médio e estágios noutros domínios. ■

Reatadas as negociações

PÚBLICO, 12.10.94

OS CHEFES da delegação governamental angolana que negociam com a UNITA na capital da Zâmbia regressaram ontem a Lusaca, onde a assinatura de um acordo entre os beligerantes pode estar para breve.

"Estamos a fazer tudo para isso", disse o general Higinio Carneiro à agência angolana Angola, citada pela Reuter. "Esse é o nosso objectivo e estamos mandatados para ele", disse o negociador.

Endossando à oposição armada a responsabilidade do atraso na assinatura daquele acordo, Carneiro acusou a UNITA de ter criado uma série de impedimentos para impedir um acordo de cessar-fogo.

"Se até agora não foi obtido um entendimento nesse sentido foi porque a UNITA não o quis", disse, acrescentando que "as provas disso são evidentes e são reconhecidas pela comunidade internacional".

À chegada a Lusaca, Higinio Carneiro e o deputado Faustino Mutaka recusaram-se a comentar aos jornalistas o resultado das reuniões que mantiveram em Luanda com o Pre-

sidente José Eduardo dos Santos, afirmando que antes disso terão de os transmitir aos mediadores, com quem depois se encontraram.

O radiador da ONU, Alioune Beye, pediu aos dois negociadores que resumissem, por escrito, o resultado do encontro de Luanda, e que lhe entregassem depois o texto, para o juntar à acta negocial. Foi ao que ambos se entregaram da parte da tarde.

Segundo a agência Lusa, a delegação da UNITA aguarda, por seu lado, o resultado do encontro entre a delegação governamental e Eduardo dos Santos, para decidir a data da sua partida para o Huambo, onde participará numa reunião da Comissão Política.

Uma fonte da oposição armada angolana disse à agência que a organização está disposta a rubricar o protocolo de Lusaca caso considere "positiva" a resposta que Carneiro e Mutaka trouxeram de Luanda.

Entretanto, segundo o "Jornal de Angola" e outras fontes governamentais, citadas pela Lusa, são as Forças Armadas Ango-

Máquina do PAIGC está intransigente

PÚBLICO, 15.10.94

A GUINÉ-BISSAU só na próxima semana é que deverá saber o nome da pessoa escolhida pelo Presidente João Bernardo Vieira, Nino, para formar o primeiro Governo após as eleições legislativas de 3 de Julho. Mas a verdade é que a Comissão Política do PAIGC não parece favorável a um eventual executivo de unidade nacional, que seria bem visto no estrangeiro.

Tanto os radicais como os moderados do PAIGC, que em Setembro de 1973 proclamou unilateralmente a independência do país, sem esperar pelo 25 de Abril em Portugal, defendem que "se o partido ganhou as eleições é para governar e não para partilhar o poder e criar uma situação insustentável".

Manuel Saturnino Costa, secretário-geral da formação presidida por Nino Vieira, já declarou publicamente que o primeiro-ministro deve sair do partido desde sempre no poder e que a hierarquia deve ser respeitada. O que o mesmo é dizer que ele próprio é que deverá ser o primeiro-ministro e mais ninguém.

No entanto, a lista de candidatos ao lugar não cessa de crescer e a especulação é cada vez maior, 15 dias depois de João Bernardo Vieira ter tomado posse como chefe de Estado eleito. Há até quem fale de um conflito entre Nino e o seu partido, que tem vindo a reagir negativamente à hipótese de um governo de unidade nacional, recomendada inclusive pelo Presidente do Burkina Faso, Blaise Compaoré.

O ministro de Estado Herman Yameogo, líder de uma das forças que integram a coligação governamental burkinabe, já esteve por duas vezes em Bissau; e da segunda propôs aos dirigentes da oposição parlamentar guineense que aceitassem a mediação de Campeore. Mas

eles responderam-lhe que havia condições para um diálogo directo e franco entre guineenses, sem interferências externas.

Desconfianças

Amine Saad, um dos dirigentes da coligação eleitoral União para a Mudança, que obteve seis deputados, declarou porém ao PÚBLICO não acreditar que o poder esteja de facto interessado num governo de unidade nacional: "Penso que existe uma pressão da comunidade internacional neste sentido e o PAIGC fez crer que sim, unicamente para ver se consegue resolver alguns dos problemas económicos pendentes."

Reconheceu, por outro lado, que Nino Vieira enfrenta sérias dificuldades para obter o consenso do seu próprio partido quanto à nomeação do primeiro-ministro, "sobretudo porque parece insistir na competência".

A exoneração do presidente do Núcleo Independente de Apoio à Candidatura de Nino (NIAN), Rufino Mendes, de director-geral da transportadora aérea guineense foi interpretada nos círculos políticos de Bissau como o resultado do conflito entre a máquina do PAIGC e aquela estrutura niniista. Luis Oliveira Sanca, o ministro dos Transportes que exonou Mendes, é tido como um dos candidatos à chefia do Governo e um adepto da aproximação à Guiné ao espaço francófono.

De momento, o mais premente problema que espera o novo Executivo é uma dívida externa de 742 milhões de dólares, que em princípio deveria ser renegociada este mês em Genebra, enquanto os preços dos produtos de primeira necessidade sobem em flecha. ■

António Soares Lopes,
em Bissau

lanas (FAA) que ganham terreno: as FAA recuperaram Cahulo, província do Cuanza Sul, no dia 30 de Setembro, tendo morrido 35 soldados da UNITA, e estarão a "avancar" sobre Lucala, no Cuanza Norte, numa "progressão lenta mas segura", a partir de Ndalatando (ex-Salazar). Ontem, estavam em Carianga, a 16 quilómetros da capital da província e a 26 quilómetros da estraté-

gica vila de Lucala.

Se conseguissem conquistar Lucala, as FAA teriam condições para continuar para Malanje e para norte, para a província do Uíje, onde se situa uma das mais importantes bases aéreas angolanas, a de Negage, construída pelos portugueses na época colonial, e por onde, segundo o Governo, a UNITA tem sido reabastecida. ■

Educação cívica é sucesso na TV moçambicana

Está na hora da demo-novela

PÚBLICO, 15.10.94

José Pinto de Sá
em Maputo

"Não é Preciso Empurrar". A primeira série de produção moçambicana é um sucesso de audiência na televisão local. Baseado em histórias originais de Mia Couto, Sol de Carvalho realizou uma série de curiosas comédias sobre as interrogações de uma família maputense face à recém-chegada democracia.

Ao longo de sete episódios de meia-hora, a série vai abordando temas como reconciliação nacional, sociedade civil ou liberdades individuais. O objectivo, explica Sol de Carvalho, é levar os consumidores de telenovelas a participar numa discussão sobre os fundamentos da democracia.

Para lá chegar, autor e realizador trataram a delicada problemática através de situações banais no dia-a-dia de uma família confrontada com as profundas mudanças ligadas à democratização do país. Evitando cuidadosamente o chavão político,

serviram-se da receita fundamental do humor moçambicano: rir de si próprio é o melhor remédio. Por fim, a convencer os novelófilos mais fundamentalistas, asseguraram a participação especial de Maité Proença, a vedeta de novela mais famosa no país, para contracenar com Ana Magaia, a mais popular das atrizes nacionais.

Ana Magaia é uma sobrevivente da vaga de artistas saídos nos grupos juvenis de agitprop dos anos 70. Ao longo de 20 anos de carreira trabalhou também em rádio, televisão e cinema, mas preferiu sempre o palco. Estudou teatro no IFICT, em Lisboa, até ao dia em que o ministério da Cultura a chamou de volta, acusando-a de "corrupção sexual" por ter um namorado estrangeiro. Ela regressou, preferindo o campo de reeducação ao exílio.

Em Maputo, preparava-se na altura "O Tempo dos Leopoldos", uma co-produção moçambicano-jugoslava glorificando a guerrilha nacionalista da Frelimo. O realizador tanto insistiu em Ana Magaia para o papel principal feminino, que o ministério da Cultura acabou por lhe conceder "pensa suspensa" até ao fim das filmagens. A ameaça só foi dissipada de vez na noite da estreia, quando o presidente Samora Machel lhe tecou os mais raagados elogios pela interpretação de Ana, a guerrilheira, um papel fortemente inspirado em sua ex-mulher Josina, morta

durante a luta.

Maité Proença, que encarna uma cooperante brasileira num dos episódios, prontificou-se a trabalhar por um cachet irrisório, por ter simpatizado com o projecto. De outro modo, diz Sol de Carvalho, a presença dela seria impossível.

Pedrada no charco

Em tudo e por tudo, o seriado custou 120 mil dólares e foi custeado pela fundação Friedrich Ebert, que deu carta branca à Promarte, uma produtora de vídeo criada há um ano e meio por Sol de Carvalho e alguns amigos. Utilizando três câmaras, as filmagens duraram um mês, empregando uma equipa de 50 artistas e técnicos, quase todos moçambicanos.

A trilha sonora original é composta e executada pelos Ghorwane, a banda mais popular do país, projectada internacionalmente por Peter Gabriel.

O realizador Sol de Carvalho estudou cinema em Lisboa e, de regresso a Moçambique, esteve ligado a numerosas produções nacionais. Trabalhou no "histórico" Kunza-Kanema, o jornal de actualidades que registou a imagem dos primeiros anos da independência, quando o Instituto Nacional de Cinema contava com colaboradores como Flav

Guerra e Jean-Luc Godard.

Ele garante que, nas actuais condições em que vive a produção moçambicana de imagem, "esta novela é uma pedrada no charco", teria sido impossível de produzir sem o financiamento da fundação Friedrich Ebert. O realizador advoga um maior envolvimento dos dois canais de televisão do país em co-produções independentes, como a Promarte.

Encontrar espaço para futura co-produção com Portugal também surge como uma esperança, num momento em que tanto se fala da comunidade dos estados lusófonos.

"Porque é que Portugal não participa em produções locais?", interroga-se Sol de Carvalho, que se encontra em Lisboa para contactos de trabalho.

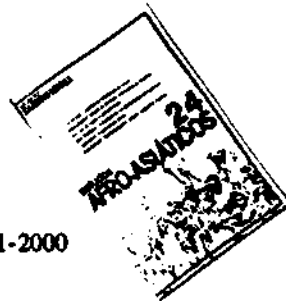
O realizador considera que isso seria bem mais importante que verter dinheiro para instalar um grande centro emissor de televisão que os moçambicanos depois não saberão utilizar sozinhos.

Filimone Meigos, actor, poeta e cantor-compositor, trabalhou antes no cinema sul-africano mas não se sente inferiorizado pela sua participação em "Não é preciso empurrar".

"Nós não podemos fazer aqui o mesmo que eles fazem lá", garante. "A única diferença é que eles têm mais dinheiro que nós".

Na série Meigos, é João Lucas Boagente, "líder de um partido emergente a nível familiar, para passar à vizinhança e depois a um nível regional".

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Iniciação - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155 - Assinatura anual (em dólar comercial): Instituições internacionais: US\$ 250.00; nacionais: US\$ 200.00; Resubscritores: US\$ 100.00. WE ASK FOR EXCHANGE.



LIGUE (021) 531-2000
RAMAL 259

I M P R E S S O